



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

ANO DE 2014

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL  
DO DIA 06 DE JANEIRO DE 2014

N.º 01 / 2014



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VALONGO, REALIZADA NO  
DIA SEIS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E  
CATORZE**

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente	Dr. José Manuel Pereira Ribeiro
Vereadores	Eng.º José Augusto Sobral Pires
	Dr.ª Luísa Maria Correia de Oliveira
	Dr. Orlando Gaspar Rodrigues
	Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar
	Dr.ª Maria da Trindade Morgado do Vale
	Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
	Eng.º Hélio Fernando da Silva Rebelo
	Senhor Adriano Soares Ribeiro

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, quando eram quinze horas e trinta minutos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

REUNIÃO ORDINÁRIA

DE 2014.01.06

**AGENDA DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- ◇ Intervenção dos Membros da Câmara;
- ◇ Resumo diário de tesouraria.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**DFRH – Divisão de Finanças e Recursos Humanos**

1 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, para o ano 2014.

Valongo, 27 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,

---

(Dr. José Manuel Pereira Ribeiro)



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

REUNIÃO ORDINÁRIA

DE 2014.01.06

**ADENDA À AGENDA DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- ◇ .....  
...
- ◇ .....  
...

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**DFRH – Divisão de Finanças e Recursos Humanos**

1 - .....

2 - Procedimento por ajuste direto para a realização de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, varredura e outros serviços de higiene urbana no concelho de Valongo – Ratificação da decisão de adjudicação, da decisão de aprovação da minuta do contrato e restante documentação.

Valongo, 02 de janeiro de 2014

O Presidente da Câmara,

\_\_\_\_\_  
(Dr. José Manuel Pereira Ribeiro)



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, cumprimentando os presentes e dando início à reunião.

Anunciou o Senhor Presidente que por vontade de todas as forças políticas, seria colocado à votação voto de pesar pelo falecimento de Eusébio da Silva Ferreira.

Foi aprovado por unanimidade voto de pesar do seguinte teor:

#### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento de Eusébio da Silva Ferreira**

“A 25 de janeiro de 1942 nasce **Eusébio da Silva Ferreira** no Bairro de Mafalala, Lourenço Marques (atual Maputo) – Moçambique, conhecido como o “Pantera Negra” no mundo do futebol, alcunha atribuída graças à sua velocidade, técnica e pelo seu poderoso e preciso remate de pé direito.

Sendo considerado um dos melhores jogadores de futebol de todos os tempos destacou-se ao serviço do Benfica onde jogou 15 anos e pelo qual se sagrou diversas vezes campeão nacional, vencedor da taça de Portugal e uma vez campeão europeu, mas também na Seleção Nacional, onde desempenhou um papel determinante pela conquista do terceiro lugar no Campeonato do Mundo de 1966, tendo sido considerado o melhor jogador da competição, na qual foi o melhor marcador, com nove golos.

Ao longo da sua vida desportiva foi distinguido e condecorado com diversas distinções nacionais e internacionais de prestígio, fruto da sua apetência por marcar muitos golos, tendo ganho a Bola de Prata por sete vezes, a Bota de Ouro por duas vezes e sido considerado o melhor marcador da Taça dos Campeões Europeus por três vezes. Mas para além dos prémios desportivos, também recebeu outras distinções como os colares de Mérito Desportivo e de Honra ao Mérito Desportivo e a Águia de Ouro, o maior galardão do Benfica, reconhecendo a sua dedicação ao serviço do futebol em particular e do desporto em geral.

Ontem, aos 71 anos de idade, o antigo jogador e embaixador do futebol Português pelo mundo, sucumbiu vítima de paragem cardiorrespiratória, mas a sua lenda perdurará para todo o sempre e a história não deixará que seja recordado como um verdadeiro ícone do mundo desportivo.

A Câmara Municipal de Valongo, reunida a 6 de janeiro de 2014, aprova um voto de pesar pela morte de Eusébio da Silva Ferreira, associando-se a toda a sua família, partilhando a sua dor e lamento pela perda, recordando através de uma das suas frases o seu espírito indulgente.”

Valongo, 6 de janeiro de 2014

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Manuel Nogueira dos Santos**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que na Rua Vale Marinhas, em Alfena, junto a um empreendimento PER, tinha verificado na via pública bicicletas e motos amarradas às condutas de água, solicitando que fosse dada atenção aquele empreendimento, pois num passado recente não se verificava tal desordem no local.

Disse que se verificava nas ruas do concelho um grande número de painéis publicitários sem publicidade, o que refletia a falta de postos de trabalho, questionando o Senhor Vereador o que tinha



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

sido feito no âmbito do gabinete de empreendedorismo e apoio às empresas, promessa eleitoral do Senhor Presidente da Câmara.

Mais perguntou qual o ponto da situação da instalação de uma empresa holandesa no edifício Dr. Faria Sampaio.

Mudando de assunto, propôs o Senhor Vereador que na escadaria de acesso ao primeiro andar do edifício da Câmara Municipal fosse instalado sistema apropriado que permitisse a uma pessoa com deficiência ter acesso ao salão nobre.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que no bairro Padre António Vieira, em Campo, havia infiltrações de água no telhado, solicitando que a Vallis Habita resolvesse o problema. Disse que o edifício tinha muito outros problemas, propondo que a empresa municipal de Habitação elaborasse com urgência um relatório do estado do prédio.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que tinha sido confrontado com notícias publicadas em jornais de âmbito nacional sobre o concurso aberto pela Câmara Municipal para fornecimento de serviços jurídicos, tendo sido noticiado que o concurso se encontrava concluído e tinha havido contestação de alguns concorrentes. Disse que a Câmara Municipal tinha aprovado as regras do procedimento, julgando que aquele órgão teria ainda de tomar decisão final sobre o processo, acrescentando que era questionado por munícipes se os serviços jurídicos já tinham sido adjudicados e da razão de terem sido escolhidos os serviços mais caros.

Disse o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha anunciado que enveredaria pelo caminho da poupança e não compreendia a razão de se optar pela proposta mais cara.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que diariamente trabalhava com pessoas carenciadas e que no novo ano as dificuldades não seriam menores, solicitando que o Senhor Presidente da Câmara não esquecesse a ação social no concelho de Valongo, acrescentando que aquela área tinha sido bandeira da eleição do Senhor Presidente.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que sempre que a Senhora Vereadora, Dr.ª Trindade Vale, solicitava apoio da Câmara para apoio social nunca lhe tinha sido negado, acrescentando que a Câmara Municipal continuaria a colaborar com todas as IPSS e a fazer o que era possível, tendo agarrado com muita firmeza o projeto das plataformas solidárias.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha dado instruções para que fossem enviados a todos os Senhores Vereadores cópia de todo o processo de contratação de serviços jurídicos, acrescentando que depois de o analisar, o Senhor Vereador Adriano Ribeiro perceberia que estava errado nas suas conclusões.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse que tinha tomado posse a 17 de outubro de 2013 e no dia 18 sido informado, por carta endereçada pelo Senhor Dr. Bolota Belchior e Associados que no dia 31 de outubro terminaria o ajuste direto que lhe tinha sido feito pelo período de 10 meses, e uma vez que o Código dos Contratos Públicos não permitia contratar o mesmo prestador quando atingido o valor de 75 mil euros, tinha proposto à Câmara um ajuste direto pelo período de dois meses com o Senhor Dr. Ricardo Bexiga, advogado conhecido que prestava apoio nalguns municípios, de forma a garantir que a Câmara não ficaria sem serviços de apoio jurídico, pois era necessário garantir respostas ao tribunal, sendo essa componente totalmente assegurada com recurso a pessoas externas ao Município.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o ajuste direto por dois meses, tinha sido aprovado com oito votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador, Adriano Ribeiro, e tinha avançado com um concurso público conforme se tinha comprometido, cujo valor base de referência era o valor pago ao anterior prestador de serviços, em que seriam aceites propostas com preço de 20% abaixo do preço base e abaixo desse valor seria considerado preço anormalmente baixo, conforme sucedia em outros procedimentos.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que tinha tido o cuidado de submeter à Câmara Municipal a autorização para aprovação do júri e todas as peças processuais, tendo a Câmara aprovado as condições do concurso que estabelecia que propostas com valor abaixo de 20% do preço base tinha preço anormalmente baixo e seriam excluídas, acrescentando que tinham concorrido sete grandes escritórios de advogados, tendo uma das empresas apresentado proposta depois do prazo e pedido para que fosse aceite, não o tendo sido.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que o júri, na sua independência, tinha conduzido todo o processo e apresentado o relatório preliminar em que era proposta a exclusão de duas empresas por apresentarem preço anormalmente baixo, 20% abaixo do valor base.

Mais disse o Senhor Presidente que tinha sido confrontado pelo Jornal de Notícias com uma notícia imprecisa e nesse seguimento, contactado o diretor de jornal, explicando que a notícia continha imprecisões, tendo posteriormente fornecido a um jornalista o relatório final do júri.

Disse, ainda, que dado o valor do concurso, a competência para adjudicar era do Presidente da Câmara e que tendo o júri apresentado relatório final aprovado por unanimidade, não tinha razões para duvidar, tendo adjudicado o serviço.

Disse o Senhor Presidente que uma das propostas apresentada por um gabinete de advogados (do qual era sócio o prestador do serviço nos últimos vinte anos na Câmara Municipal) propunha o valor mais baixo, 45 mil euros, e referia que colocaria dois juristas na Câmara Municipal, pagando-lhes o valor equivalente a um jurista em início de carreira na função pública, e, disse, uma vez que o valor base em início de carreira era de 1201 euros, dois juristas custariam 37 mil euros, sendo a diferença para pagar o custo do coordenador jurídico com todas as despesas de deslocação, acrescentando que para além de excluir a proposta por ser anormalmente baixa, o júri tinha considerado que a mesma falseava a concorrência. Mais disse que tinha sido excluída uma outra proposta, por apresentação de preço anormalmente baixo, e pelo facto da empresa não ter clarificado que tipo de juristas ficariam afetos,



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

tendo o júri proposto a adjudicação do serviço à proposta apresentada pelo Senhor Dr. Ricardo Bexiga, proposta mais baixa de todas as admitidas, tendo sido apresentada uma mais cara 100 euros e uma outra pelo gabinete do eurodeputado, Dr. Paulo Rangel, superior em 8 mil euros, com a mesma valia técnica.

Continuando, disse o Senhor Presidente da Câmara que face à adjudicação, o custo com os serviços jurídicos tinha baixado 20% e que o resto era confusão gerada por quem não tinha analisado o processo, acrescentando que a notícia publicada posteriormente clarificava que o procedimento tinha sido correto, sublinhando o Senhor Presidente que o procedimento tinha sido transparente e o objetivo era ter no Município pessoas com conhecimento que ajudassem a resolver os problemas, daí os critérios do concurso valorizarem a experiência.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que no ano anterior a Câmara Municipal de Gaia tinha pago 500 mil euros em serviços jurídicos e que o custo dos serviços jurídicos na Câmara de Valongo estava abaixo de todas as Câmaras mais próximas.

Disse, ainda, que aquando do lançamento do concurso na plataforma eletrónica nenhum concorrente tinha contestado os critérios de seleção, apesar de lhes assistir esse direito, tendo-o feito somente após apresentação das propostas.

Mudando novamente de assunto, e relativamente à sugestão apresentada pelo Senhor Vereador, Dr. Manuel Nogueira dos Santos, para acesso de pessoa com deficiência ao primeiro andar da Câmara Municipal, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha dado instruções aos serviços para que fosse resolvido com a maior urgência o problema do elevador, pois aquele era o meio mais fácil de acesso.

Continuando, disse o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à instalação de uma empresa holandesa no edifício Dr. Faria Sampaio, que tinha reunido com o Senhor Professor João Moreira de Matos, líder do processo, que havia manifestado todo o interesse em continuar a apostar na localização da empresa em Ermesinde, estando no entanto dependente da aprovação de duas candidaturas apresentadas ao QREN, acrescentando que o protocolo celebrado com a empresa era válido até ao final do ano e tratava-se de um investimento que poderia criar, no máximo, 70 postos de trabalho altamente qualificados. Informou o Senhor Presidente que durante o mês de janeiro contactaria a empresa para conhecer o ponto de situação do processo.

Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que no seguimento da alteração à macroestrutura, tinha sido criado o “Gabinete Mais Investimento Mais Emprego”, que já se encontrava a desenvolver trabalho, e nos próximos dias receberia o representante de uma multinacional com interesse na localização de Valongo, acrescentando que estava a ser preparado um dossiê contendo todos os terrenos e armazéns disponíveis no concelho, para que os investidores pudessem ter informação mais rapidamente.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que tinha reunido com um dos administradores da SAPEC, de forma a ser agregado ao processo o terminal da empresa localizado em Campo que, disse, era uma mais valia que deveria ser explorada, pois na Área Metropolitana do Porto havia apenas três grandes plataformas de negócio - o porto de Leixões, o aeroporto e o porto seco de Campo -, acrescentando que



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Valongo estava diretamente ligado ao mar por aquele terminal que possuía instalações de Alfândega, único desde o Minho até Entroncamento.

Referiu o Senhor Presidente que para uma empresa exportadora de bens transacionáveis era uma mais-valia instalar-se junto ao terminal de Campo, pois os produtos seguiam por ferrovia, sendo o custo de transporte menor do que o transporte em camião, acrescentando que semanalmente havia uma ligação por comboio entre Campo e Barcelona e empresas como IKEA, Sonae Indústria, e Colquímica utilizavam o terminal da SAPEC.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido assumida a urgência na intervenção no empreendimento de Padre António Vieira que, disse, orçava em 50 mil euros, e estava contemplado no orçamento da Vallis Habita, intervenção que avançaria logo que a Câmara Municipal transferisse a verba para a empresa, uma vez que o edifício não era propriedade da empresa, acrescentando que em 2011 tinham sido assumidas várias situações de emergência de intervenção em edifícios de habitação social.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que havia uma degradação muito acentuada nos complexos desportivos dos empreendimentos de habitação social e a Vallis Habita estava a estudar a melhor forma de atuar, acrescentando que a empresa estava a fazer um esforço de contenção de despesa e deixaria de pagar renda pelas instalações, pois iria transferir-se para um edifício da Câmara Municipal, onde se encontravam as Águas de Valongo, poupando assim 10 mil euros por ano.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, perguntando se a competência do Senhor Presidente da Câmara para adjudicação da contratação de serviços de advocacia fazia parte das competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que a lei obrigava a que a Câmara previamente aprovasse a contratação do serviço, no entanto, a competência para adjudicar até um determinado montante continuava a ser do Presidente da Câmara, acrescentando que por força da Lei 75/2013, de 12 de setembro, competia ao Presidente da Câmara aprovar os projetos, programas de concursos, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens cuja autorização de despesa lhe coubesse.

Disse o Senhor Presidente que o procedimento de contratação era iniciado com a decisão de contratar, que cabia ao órgão competente para autorizar a despesa, o procedimento e a constituição do júri, acrescentando que aquando da submissão do processo à Câmara Municipal tinha referido que a Lei obrigava a que a Câmara se pronunciasse sobre a constituição do júri e o procedimento, mas tinha incluído a aprovação de todas as peças processuais que não era obrigatório por lei.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, dizendo que os Vereadores da oposição deveriam ter gabinete que lhes permitissem estar mais próximos do aparelho da Câmara e que desse as respostas de



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

que necessitavam, acrescentando que o processo de contratação de serviços de advocacia era um exemplo dessa necessidade.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que no orçamento para 2014 constava uma verba de 49 mil euros para intervenção no empreendimento Padre António Vieira que não era suficiente para resolver o problema do edifício.

Mais disse o Senhor Vereador que aquando do anúncio da instalação de uma empresa holandesa no edifício Dr. Faria de Sampaio em Ermesinde, tinha havido uma promessa de criação de 800 postos de trabalho diretos e alguns indiretos, número que tinha reduzido para 100, tendo o Senhor Presidente da Câmara anunciado naquela reunião que seriam apenas 70.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que tinham sido inscritos no orçamento municipal 49 mil euros por indicação da Vallis Habita, de modo a serem resolvidos os problemas de infiltrações no empreendimento de Padre António Vieira.

Mudando de assunto, informou o Senhor Presidente da Câmara que os Senhores Vereadores da oposição teriam condições para receber os municípios em Valongo, permitindo que cada grupo de vereadores tivesse o seu gabinete e melhor acesso à máquina administrativa do município.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que era importante aproveitar o trabalho realizado pela Assembleia Municipal relativamente aos empreendimentos de habitação social, e em que tinham sido levantadas uma série de questões, tendo então sido feita uma avaliação e valorização das questões pela Vallis Habita, que apontava para a necessidade de intervenção num montante de um milhão de euros, acrescentando que era importante seguir um rumo de intervenção nos empreendimentos e que se compreendesse que no orçamento de 2014 seria contemplada verba de 49 mil euros para intervenção no empreendimento de Padre António Vieira e que houvesse um compromisso de nos anos seguintes serem feitas intervenção noutros edifícios. Disse que havia problemas estruturais gravíssimos no edifício de Serra Amarela e Outrela e poderia haver o risco de não estar a ser usado o critério de necessidade na avanço das obras.

Mudando de assunto, requereu o Senhor Vereador cópia integral do processo de concurso de contratação de serviços de advocacia.

Disse o Senhor Vereador que o concurso tinha sido presente à Câmara com o título de abertura do concurso para contratação de prestação de serviço de advocacia, no entanto, da parte deliberativa da proposta não constava a abertura de concurso, mas apenas a emissão de parecer prévio da Câmara Municipal à celebração do contrato, parecer prévio que, disse, era obrigatório por força da Lei do Orçamento de Estado, independentemente do Senhor Presidente ter capacidade para adjudicação até 150 mil euros.

Disse o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha anunciado que iria abrir concurso público para contratação de serviços de advocacia e todos tinham entendido que seria concurso público sobre o qual a Câmara Municipal se pronunciará, sendo tal entendimento reforçado pelo título inserido



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

na ordem de trabalhos da reunião em que o processo tinha sido aprovado, acrescentando que teria de começar a ler as “letras miudinhas” dos processos.

Disse que o Senhor Presidente da Câmara referira que nenhum concorrente tinha contestado o caderno de encargos quando o documento tinha sido conhecido e ele também não o tinha feito, acrescentando que um dos critérios de valorização era possuir experiência reconhecida nas áreas das políticas públicas e experiência reconhecida na área da gestão autárquica, sendo tal critério absolutamente claro e significava que quem executaria o serviço deveria ter realizado trabalhos semelhantes em entidades públicas, nomeadamente em câmara municipais, no entanto, disse, a valorização tinha sido feita pelo desempenho de funções autárquicas.

Mais disse o Senhor Vereador que o modelo em que a câmara municipal estabelecia as regras dos concursos públicos, mas posteriormente não tinha possibilidade de verificar a sua aplicação, podendo o Senhor Presidente de Câmara adjudicar até 150 mil euros, não funcionava, acrescentando que no início do mandato tinha dito que o Executivo merecia um voto de confiança, no entanto, para ele, a margem começava a ficar reduzida.

Disse o Senhor Vereador que a lei estabelecia que para ser considerado preço anormalmente baixo, a proposta teria de ser 50% inferior ao preço base, salvo se o caderno de encargos estipulasse outro valor e tal tinha acontecido, tendo a Câmara entendido estabelecer 20%, no entanto, disse, a lei previa também que em caso de apresentação de proposta com preço anormalmente baixo, o júri deveria pedir esclarecimentos por escrito aos concorrentes.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que não ficava bem ao Senhor Vereador, Dr. João Paulo Baltazar, fazer demagogia, e que quando o Senhor Vereador analisasse os documentos do concurso perceberia que tinha feito demagogia, acrescentando que durante vinte anos, os executivos do PSD tinham feito ajustes diretos e avenças superiores a 2 milhões de euros, sempre ao mesmo prestador de serviços que, disse, era sócio do gabinete de advogados com que o Senhor Vereador estava preocupado.

Disse o Senhor Presidente que não tinha trazido à Câmara qualquer documento com “letras miudinhas” e no dia em que o fizesse gostaria que fosse denunciado, sublinhando que o procedimento era transparente.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Manuel Nogueira dos Santos**, dizendo que os eleitos do Partido Social Democrata estavam preocupados pelo facto de conhecerem assuntos da Câmara Municipal através dos jornais.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que aquando do contacto pelo Jornal de Notícias, o concurso ainda estava a decorrer, tendo alguém com acesso a toda a informação tido o cuidado de informar o jornal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Manuel Nogueira dos Santos**, dizendo que depois de ter falado com o jornalista, o Senhor Presidente da Câmara deveria ter informado os membros da Câmara do sucedido.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido a realização de ajustes diretos ao longo de vinte anos, no entanto, disse, o único ajuste direto realizado tinha sido feito no último ano, porque anteriormente a prestação de serviços era feita em regime de avença, acrescentando que em 2009 a Câmara Municipal tinha três avenças com advogados, tendo a Câmara consensualizado acabar com aquele regime e celebrar um único contrato de prestação de serviços, para que passasse a haver responsabilização de um escritório de advogados pela gestão dos dossiês, tendo através desse processo havido uma poupança de 20%, e havido o cuidado de fazer um contrato de prestação de serviços pelo período de 10 meses, de forma a não criar um ónus para o mandato seguinte.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, dizendo que os munícipes comentavam que o concurso tinha sido feito à medida.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que a verba de 49 mil euros não chegaria para resolver os problemas do empreendimento Padre António Vieira, porque era necessária uma intervenção profunda.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que aquando da sua nomeação como adjunto do Senhor Presidente da Câmara, no anterior mandato, o Senhor Presidente da Câmara, à data líder da oposição, tinha dito que a nomeação colocava em causa os funcionários da Câmara, tendo também anunciado que reduziria chefias e usaria o dinheiro dessa redução no apoio social, no entanto, disse, o Senhor Presidente tinha o gabinete de apoio à presidência todo constituído e as três pessoas que podia nomear eram todas elas externas à Câmara Municipal e teriam durante o mandato um custo de mais de 500 mil euros, sublinhando o Senhor Vereador que não estavam em causa as pessoas, mas a demagogia utilizada pelo Senhor Presidente no mandato anterior.

Disse o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha recentemente nomeado uma secretária, com efeitos retroativos a 9 de dezembro, que era jornalista, nomeação que somente naquele dia tinha sido do conhecimento dos vereadores do PSD, percebendo-se a razão de serem publicadas no Jornal de Notícias mais notícias da Câmara Municipal de Valongo.

Mais disse o Senhor Vereador que a falta de confiança que começava a existir entre os Vereadores da oposição e o Executivo devia-se à diferença de discurso que o Senhor Presidente da Câmara tinha e tivera enquanto membro de oposição.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que tinha nomeado uma Chefe de Gabinete e um Adjunto porque a lei lhe conferia o direito de ter alguém da sua confiança, e



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

entendia que o trabalho de imprensa não deveria ser pedido a um funcionário da Câmara, pois era um trabalho político, razão pela qual tinha convidado uma jornalista para o realizar e a forma que encontrara tinha sido oferecer-lhe o lugar de secretária, cabendo-lhe assegurar a assessoria de imprensa e a promoção do concelho.

Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que então não tinha colocado em causa a nomeação do adjunto, mas referido que a nomeação deveria ter sido feita à semelhança dos gabinetes ministeriais, em que o despacho de nomeação continha nota curricular do designado.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que as remunerações dos gabinetes de apoio à presidência eram fixadas pela lei, sublinhando que não estava em causa a nomeação dos membros do gabinete, mas as posições tomadas pelo Senhor Presidente da Câmara enquanto líder de oposição, e que o Presidente da Câmara usava as decisões do executivo do PSD dos últimos 20 anos quando lhe dava jeito, para justificar valores a pagar a escritórios de advogados, comparando o que era incomparável, disse.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que não tinha governado a Câmara nos últimos vinte anos e que lhe assistia o direito de ter um gabinete de apoio da sua confiança que servisse os melhores interesses do Município.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o gabinete de apoio ao Senhor Presidente da Câmara teria, em quatro anos, um custo de 500 mil euros.

## RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de três milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e vinte e um euros e vinte e dois cêntimos.

### 1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO 2014

Presente à Câmara a Informação n.º 57/DFRH/2013, de 27 de dezembro, que se transcreve:

“A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano compete ao Órgão Executivo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se procede à apresentação do referido documento.

Na elaboração do presente documento foram cumpridas todas as disposições legais preconizadas no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com a redação dada pelos Decretos-Lei n.º 162/99, 315/2000, 84-A/2002 e Lei n.º 60-A/2005, de 14 de setembro, 2 de dezembro, 5 de abril e 30 de dezembro, respetivamente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

A proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 importa, tanto na despesa como na receita, no valor global de 32.498.757 € (trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e sete euros), dado que respeita a regra da universalidade. As Grandes Opções do Plano, de dotação global de 7.659.827 € (sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e sete euros) são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos, do montante de 2.486.053 € (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e cinquenta e três euros) e pelas Atividades Mais Relevantes do valor de 5.173.774 € (cinco milhões, cento e setenta e três mil e setecentos e setenta e quatro euros).

A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aprovou os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. O n.º 1 do art.º 4 da referida Lei dispõe que os diversos Serviços planeiam e preparam o Mapa de Pessoal, aquando da elaboração da proposta de Orçamento, sendo que o Mapa de Pessoal, elaborado pela DFRH, acompanha a presente proposta de Orçamento.

O art.º 5º refere que o Mapa de Pessoal deverá conter a indicação do número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das suas atividades. O n.º 3 do mesmo artigo menciona que o Mapa de Pessoal terá de ser aprovado, mantido e alterado pela entidade competente para a aprovação da proposta de Orçamento e tornado público por afixação nos serviços da Autarquia e inserção em página eletrónica.

A aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do mesmo articulado legal.

Do mesmo modo, competirá também ao Órgão Deliberativo, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal, atendendo ao disposto no n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com a alínea a) do art.º 3º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.”

A presente informação foi elaborada pela Sra. Chefe da Divisão de Finanças e Recursos Humanos, Dra. Ana Maria Moura dos Santos.

O Exmo. Senhor Presidente da Câmara proferiu o seguinte despacho: “Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que na elaboração do documento tinham sido ouvidos os partidos políticos e os presidentes de Junta e tudo tinha sido feito para concluir o processo até 31 de dezembro, no entanto, tal não tinha sido possível e a lei das Finanças Locais permitia que o orçamento fosse aprovado até 90 dias depois da tomada de posse.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que nos treze anos seguintes, o Município de Valongo estaria condicionado pelo plano de ajustamento financeiro que decorria do compromisso assumido no âmbito do PAEL, o que limitava a ação, acrescentando que a Câmara Municipal tinha muitos compromissos com as IPSS, escolas e associações e havia necessidade de fazer intervenções numa série de domínios, contratos que tinham de ser mantidos e uma série de despesas com carácter muito rígido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido divulgada na página da Internet da Câmara Municipal uma relação de fornecimentos contínuos para que todas as empresas pudessem candidatar-se e pudesse haver ganhos.

Referiu o Senhor Presidente que para 2014, o montante para investimento era inferior a 5% do valor do orçamento, valor que, disse, era manifestamente pouco mas não era possível mais, acrescentando que com recurso a administração direta, tentaria resolver situações que necessitavam de intervenção, nomeadamente, em escolas, sendo um exemplo a intervenção no recreio da escola de Mirante de Sonhos.

Referiu o Senhor Presidente que no Plano Plurianual de Investimentos tinham sido inscritas uma série de compromissos assumidos em período eleitoral e tentaria cumpri-los, sabendo que não era possível concretizar todos no primeiro ano do mandato, nomeadamente o problema do campo de jogos de Sobrado, que, disse, seria resolvido por via da administração direta, acrescentando que tinham sido incluídos pequenos investimentos que pretendiam tornar o concelho mais atrativo.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que em relação a 2013 tinha havido um corte brutal no orçamento devido à necessidade de respeitar os compromissos do PAEL e do plano de assistência financeira.

Referiu que estava prevista a mudança da feira para o centro de Valongo, havendo uma parte que seria responsabilidade da Câmara Municipal e era necessário algum investimento, estando previstas uma série de intervenções em Ermesinde e nas restantes freguesias, importantes para as juntas de freguesia, acrescentando que para Campo tinha sido assumida a importância de conclusão de intervenção no sentido de haver um centro cívico, para Sobrado o largo do Passal e para Alfena intervenções ligadas à requalificação do Rio Leça, nomeadamente a aquisição de pequenas parcelas em frente à igreja e na Levada do Cabo, acrescentando que tinha sido contemplada em Ermesinde a criação do parque do Choupal.

Continuando, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha contactado com os Bombeiros de Valongo para que a Câmara pudesse adquirir o antigo edifício do quartel, tendo proposto o seu pagamento a 20 ou 30 anos, com a possibilidade de ficar com a propriedade, o que permitiria ao Município fazer um projeto para instalação de uma oficina de promoção do pão, regueifa e biscoito e candidatá-lo a fundos comunitários, acrescentando que tinha sido sugerido o mesmo princípio relativamente à antiga escola de Cabeda e os terrenos ao lado com vista à instalação do futuro museu tradicional português.

Disse que estava previsto criar no Centro Cultural de Sobrado um núcleo documental ligado às Bugiadas e Mouriscadas e a partir daí tentar agarrar oportunidades de financiamento, havendo dúvida se as verbas do FEADER financiarão a Área Metropolitana do Porto, conforme acontecia com a ADRITEM.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido incluído no PPI um conjunto de pequenas intervenções com o objetivo de atrair e estimular os cidadãos à prática de estilos de vida diferentes, e estabelecidos contactos com entidades ligadas ao desporto ao ar livre, acrescentando que na sequência de um compromisso eleitoral de dotar o concelho de uma pista de atletismo, tinha sido inicialmente proposto que fosse construída no campo de Sobrado, mas as características do terreno não o permitiam,



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

tendo surgido outras alternativas de construção de uma pista de menor dimensão que permitisse competições.

Continuando, disse o Senhor Presidente da Câmara que teria de ser gasta verba na rede concelhia de plataformas solidárias, que se pretendia que fosse alargada a todas as freguesias do concelho.

Disse que tinham suspenso várias intervenções que se encontravam a decorrer, de modo a se avaliar se faziam sentido, nomeadamente uma intervenção debaixo do viaduto A41 em Alfena, tendo sido entendido com a Junta de Freguesia que seria importante terminar a obra e fazer a requalificação dos dois lados, salvaguardando as questões de índole legal.

Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que 2014 seria um ano de planeamento e havia informação de que os primeiros avisos de candidatura a fundos comunitários abririam no final do ano.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Presidente que tinha sido sugerida por um munícipe uma intervenção no largo junto à estação de Ermesinde no sentido de ser criado um local para que os seniores pudessem estar abrigados e mais confortáveis.

Disse que tinha sido assumido o reforço do apoio ao Entretanto Teatro, de forma a valorizar a Mostra Internacional de Teatro, sendo uma das medidas voltar a realizar a evento no Fórum Cultural de Ermesinde, a aposta na feira do pão e do biscoito, e que estava em curso diálogo com a paróquia de Alfena com vista à reabilitação do cinema de Alfena, com cerca de 500 lugares, o que permitiria que alguns espetáculos pudessem ter lugar naquela cidade.

Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que havia necessidade de atuar rapidamente na biblioteca de Valongo que tinha muitas infiltrações, na reparação do revestimento exterior do Centro Cultural de Campo, havia o compromisso de reabilitar o piso do pavilhão da União Desportiva da Bela e em contrapartida a escola poderia utilizar o equipamento durante o dia.

Disse, ainda, que a Câmara Municipal tinha anualmente despesas avultadas resultantes dos compromissos assumidos na área da educação, ação social e de fornecimento de refeições escolares e a pessoas carenciadas, no âmbito do plano de ajuda alimentar.

Mais disse que seria lançado o orçamento participativo nas escolas, assim como seria feito desafio para que as escolas apresentassem projetos até dez mil euros cada, para serem executados em 2015.

Finalizando, agradeceu o Senhor Presidente da Câmara à senhora Chefe de Divisão, Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Santos, e à sua equipa pelo excelente trabalho, que, disse, tinha permitido construir um orçamento robusto, apesar de todos os constrangimentos existentes.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, dizendo que fazia uma leitura do orçamento totalmente oposta à do Senhor Presidente da Câmara.

Disse o Senhor Vereador: “Num orçamento de uma autarquia é possível observar as intenções e os propósitos da instituição e a forma como ela se propõe concretizar os objetivos e programas de intervenção, apesar de todas as condicionantes financeiras que põem em causa a correta gestão autárquica. Também no atual quadro autárquico em que nos encontramos, assistimos a um profundo ataque levado a cabo pelos sucessivos governos do PSD/CDS e PS que ameaça as conquistas obtidas



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

à custa de muitas lutas e que permitiram constituir o Poder Local Democrático, assente em princípios como a igualdade, a justiça social, o pluralismo, a representatividade e a liberdade, através de uma redução de verbas e de diversas formas de ingerência na sua autonomia. O incremento de competências realizado não foi acompanhado pelos recursos que possibilitem a concretização dessas novas responsabilidades.

Ao partir do pressuposto que é mais importante o cumprimento de um Plano de Ajustamento Financeiro, obtido ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), sendo referido que este plano condiciona o nível de investimento da autarquia, a maioria PS está a seguir o mesmo caminho percorrido no passado pela gestão PSD, que tudo quis privatizar e concessionar a algumas empresas, diversas vezes de pessoas amigas, que ao longo dos anos têm prejudicado as contas e os serviços do município. Neste documento apresentado não é possível verificar qualquer intenção de reverter esta situação, perspetivando num futuro próximo, mesmo que de forma gradual e faseada o retorno de serviços e competências para a alçada municipal.

O valor apresentado como proposta de Orçamento é de novo reduzido face a 2013, na ordem dos 24,76%, vindo na senda do que aconteceu nos últimos dois anos do mandato anterior. Esta situação vem, por um lado, ao encontro de algumas dúvidas levantadas no passado, em que eram empoladas as receitas previstas para justificar a orçamentação de despesas que deram cobertura a práticas despesistas e opções ruinosas, mas, por outro, representa uma contínua aplicação de cortes em investimentos necessários que não irá resolver as causas de fundo que levaram a Câmara à grave situação atual.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para 2014 volta a ser reduzido em relação a anos anteriores, prevendo-se que no futuro seja ainda mais reduzido, tendo em conta as intenções apontadas como investimentos a médio e longo prazo para os anos seguintes. O refúgio do executivo nas exigências do cumprimento de um Plano de Ajustamento Financeiro não pode ser encarado como impedimento para a execução de programas prioritários e essenciais para o bem-estar das populações do Concelho de Valongo, sendo indeclinável as responsabilidades das posições assumidas no passado por quem assume atualmente os destinos do Município.

Do ponto de vista da CDU, o PPI apresenta certas lacunas como sejam:

Na habitação social, um decréscimo de cerca de 27,2% no contrato programa com a Vallis Habita, E.M., sendo discriminada apenas uma intervenção prevista para o Bairro Padre António Vieira. A diminuição da verba orçada não tem fundamento, já que a empresa municipal tem superavit e tem, ao longo dos últimos anos, arrecadado verbas que podiam ser aplicadas na melhoria das condições de habitabilidade dos vários bairros que padecem de problemas de infiltrações e humidades;

Na modernização administrativa, dependente totalmente de fundos comunitários, que a não se concretizarem colocam em causa a sua realização, comprometendo a intenção de melhoria dos equipamentos e serviços de administração;

No desinteresse latente em investir em zonas industriais, como é patente no plano de urbanização da Zona Industrial de Campo, em que é reduzido substancialmente o seu valor, estando apenas previsto



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

uma verba para pagamento de terrenos, transposta de orçamentos anteriores, apesar de tanto se apregoar a necessidade de atrair e fixar investimentos no concelho;

Na Defesa do Meio Ambiente há um claro desinvestimento, tendo mesmo desaparecido do plano alguns dos investimentos que consideramos ser importantes, como, por exemplo, o corredor ecológico em Alfena e a construção de um depósito de água para defesa da floresta contra incêndios, não sendo feita nenhuma alusão aos motivos que levaram que estes e outros investimentos fossem abandonados ou esquecidos. Também não existe qualquer alusão a investimentos que levem a preservação das Serras de Valongo;

Na Cultura, o aumento de cerca de 91,2% é na realidade bem menos significativo, uma vez que 106.940€ dizem respeito à concretização da Loja Interativa de Turismo de Valongo, investimento que estava em parte consagrado no orçamento de 2013 e cujo financiamento está dependente de fundos comunitários a 85%. No entendimento da CDU, não existem evidências no Orçamento e Plano de Atividades apresentado que a par do investimento a realizar nas infraestruturas se verifique a correspondente promoção de atividades culturais relevantes;

Na área do Desporto, Recreio e Lazer existe uma redução de 34,6%, sendo apontado no orçamento de 2013 uma verba de 300.000€ para uma permuta que permitiria a municipalização do Estádio dos Sonhos, sendo omitida qualquer referência ou verba para a concretização deste negócio no orçamento de 2014. Também está previsto continuar o pagamento de parte da verba da reconversão das piscinas de Campo e de Sobrado, opção que na altura da reconversão não foi isenta de críticas, tendo agora sido incluído uma rubrica para a realização de um estudo para reabertura da piscina de Campo ou Sobrado. Será que em 2013 foram transformadas de piscina para pavilhão e agora em 2014 vão ser transformadas de pavilhão para piscina? Para além disso, é apontada uma verba substancial de 100.000€, mas para a qual não é discriminado que equipamentos se pretende requalificar;

No âmbito das funções económicas, no que diz respeito às construções, pavimentações e outras obras de construção verifica-se um reforço ligeiro das verbas, essencialmente destinadas a arruamentos e passeios, mas no entanto são abandonadas obras que na opinião da CDU são prioritárias como, por exemplo, a requalificação da Ribeira da Gandra, em Ermesinde.

Não obstante todos estes pontos assinalados, tendo em conta as dotações que vêm de orçamentos anteriores e que no atual se mantêm inalterados, como são os casos da execução do estudo urbanístico da feira semanal de Alfena e do projeto de reformulação da E.M. 606 em Sobrado, é de questionar se será desta vez que serão finalmente executados ou continuarão apenas a constar administrativamente nos orçamentos.

No caso das Atividades mais Relevantes para 2014 verifica-se também uma diminuição global de 3.201.889€, o que corresponde a uma redução de 38,2% em relação ao período anterior, sendo as funções sociais aquelas que apresentam um maior decréscimo, com 16,9% no Ensino Básico, 36,7% na Ação Social e 55,5% na Defesa do Meio Ambiente.

Analisando ao pormenor estes valores, constatamos, por exemplo, que no caso das transferências de verbas para as freguesias e instituições ao abrigo da componente de apoio à família na educação pré-



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

escolar – vertente prolongamento de horário, é fácil concluir que esse valor nem chega sequer para cobrir o pagamento dos funcionários necessários e, por isso, a CDU prevê que este serviço continuará a ser desenvolvido pela utilização de trabalhadores desempregados, que através dos programas CEI (Contratos Emprego Inserção) são colocados temporariamente a desempenhar determinadas funções sem que haja no futuro a possibilidade de obterem um vínculo minimamente seguro, por via do estabelecimento de um contrato de trabalho, e sem que haja um trabalho continuado com as crianças, já que a duração destes programas é no máximo de 12 meses.

O Mapa de Pessoal para 2014 prevê a redução de funcionários em cerca de 6,5%, passando de 665 para 622, devido essencialmente ao término de contratos a termo certo que não foram renovados, a aposentações e falecimentos. Como a CDU tem vindo a denunciar recorrentemente, o contínuo esvaziamento da capacidade do próprio Município de ter a seu cargo a responsabilidade de desempenhar funções e executar determinados trabalhos, optando por continuar a privatizar/concessionar/externalizar serviços e equipamentos, como sejam os casos da recolha do lixo e limpeza urbana ou da assessoria jurídica, resulta em piores serviços e mais custos para o erário público. Assim, na opinião da CDU, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 apresentada pela nova maioria PS segue o mesmo caminho traçado na anterior gestão do PSD, sem mostrar qualquer abertura para uma mudança de políticas, tratando-se, objetivamente, de uma proposta de continuidade em relação aos documentos análogos de 2012 e 2013. Nesse sentido, a CDU, em coerência com a sua posição de princípio sobre o caminho que tem vindo a ser seguido na sequência da adesão ao PAEL e depois de constatar a intenção do PS de nada mudar em 2014, não tem outra alternativa ao voto contra.”

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o Senhor Vereador, Adriano Ribeiro, tinha levantado algumas questões e era importante que tivessem resposta, nomeadamente, quanto a alguns projetos que tinham sido abandonados.

Disse o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara havia referido que tinha havido um corte brutal no orçamento, julgando que se referira a uma expressão constante do preâmbulo do documento que referia que o orçamento apresentava uma redução de 22,54% relativamente ao ano transato e que as medidas contempladas correspondiam a um esforço assinalado de consolidação orçamental, no entanto, disse, tal corte não existia.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que a margem para construir o orçamento do zero era muito diminuta porque havia uma série de compromissos que tinham de ser assumidos, nomeadamente decorrentes do empréstimo do PAEL, tendo os serviços alertado para a necessidade de ser feito um corte.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o orçamento de 2013 tinha inscritas as despesas e as receitas correspondentes ao cumprimento do PAEL e tinha um valor global maior que o orçamento de 2014, pois contemplava todas as faturas pagas durante o ano de 2013 ao abrigo daquele programa e ao serem liquidadas, tal valor tinha desaparecido do lado da despesa e da receita, acrescentando que o orçamento não tinha sofrido qualquer “corte brutal”, e tal expressão induzia erradamente a que se julgasse que tinha havido uma redução dos serviços prestados pela autarquia em 24%, o que, disse, não era verdade. Disse que o documento assemelhava-se ao PIDDAC, que continha um conjunto de intenções de investimento, mas as verbas não eram suficientes para os concretizar, acrescentando que o orçamento era um “poço de desejos”, que se fosse aprovado, passaria a ser um orçamento de projetos e dotações. Disse que a Câmara Municipal tinha de definir a estratégia para o concelho e tal não poderia ser feito abrindo muitos projetos no PPI, sendo preferível inscrever apenas aqueles que se conseguiria executar, sob pena, disse, de ser dado um sinal de abundância que não era real, tendo a Câmara de ser clara e objetiva na mensagem que transmitia às pessoas.

Referiu o Senhor Vereador que havia projetos com dotações de dois e três mil euros que não tinham dotação para anos seguintes e que não constava do orçamento de 2014 verba para executar o protocolo aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de permuta do estádio de Sonhos, acrescentando que em anterior reunião de Câmara, perante uma questão do Senhor Vereador, Adriano Ribeiro, o Senhor Presidente da Câmara dissera que tinha tentado contacto com o dono do terreno e não tinha conseguido e tentaria novamente e que a direção do Ermesinde estava a par das diligências tomadas, no entanto, disse, ele tinha contactado a direção do clube que o informou que o Senhor Presidente não tinha informado de qualquer diligência, havendo uma indefinição e preocupação relativamente ao futuro da atividade desportiva do clube.

Mais disse o Senhor Vereador que o Executivo tinha decidido acabar com os protocolos celebrados com as IPSS para o fornecimento de refeições nas escolas e avançar com um concurso para fornecimento público, acrescentando que a Câmara tinha entendido, em determinada altura, que fossem as IPSS a confeccionar as refeições escolares com o objetivo de melhorar a qualidade de alimentação e do serviço prestado e de apoiar as IPSS no âmbito do Plano de Emergência Alimentar e do projeto da plataforma solidária, que tinha um novo conceito de funcionamento em rede, em que os recursos disponíveis eram distribuídos de acordo com todos os intervenientes e dentro desses recursos as refeições confeccionadas não utilizadas nas escolas entravam no programa de apoio alimentar dirigido pela Câmara Municipal. Disse ter ficado surpreendido com tal opção e que o Executivo tinha decidido não continuar com o contrato, mas não tinha falado com as IPSS.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que o Executivo tinha também decidido não levar por diante o projeto iniciado no mandato anterior que visava a recuperação do antigo edifício dos bombeiros voluntários de Valongo, apoiado pelo Ministério da Administração Interna, para criação de um edifício de segurança onde ficaria instalada a PSP, com custos reduzidos para o Município, uma vez que o Ministério da Administração Interna aceitara incluir o projeto numa de duas candidaturas, no valor global de 30 milhões de euros, tendo o edifício sido visitado por responsáveis metropolitanos da PSP para verificarem



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

das condições para acolher o projeto. Disse que havia intenção de no mesmo edifício colocar o quartel da PSP e os serviços municipais de proteção civil, tendo havido contactos entre técnicos da Câmara Municipal e da Direção-Geral da Administração do Património para avançar com o projeto e com a candidatura, no entanto, verificava-se que a Câmara tinha abandonado a ideia e pretendia passar a ter responsabilidade sobre o edifício.

Referiu o Senhor Vereador que a decisão de abandono do protocolo celebrado com as IPSS para fornecimento de refeições nunca deveria ter sido tomada sem se falar com as instituições e que aquando do lançamento do serviço, em conversa com as IPSS, tinha sido acordado que de forma a diminuir o risco para as entidades, no primeiro ano seria criado um valor que tivesse algum conforto, uma vez que parte das instituições tinha feito investimento na aquisição de materiais e veículos e celebrado contratos de trabalho, e no ano seguinte haveria uma renegociação das condições em que o serviço seria prestado e os montantes a pagar pelas refeições, acrescentando que as IPSS seriam confrontadas com uma novidade da qual não tinham tido conhecimento.

Perguntou, ainda, o Senhor Vereador onde estavam contempladas no orçamento as rubricas destinadas à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia no âmbito das novas competências que lhes tinham sido transferidas por lei.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que grande parte do exercício era um exercício de realismo, pois não havia dinheiro e era necessário respeitar os compromissos assumidos no âmbito do PAEL, sob pena de serem reduzidas as transferências para o Município.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o valor de 159 mil euros respeitante a terrenos em Campo destinava-se a pagar indemnização fixada pelo tribunal e era necessário manter a verba de projetos da Estrada 606, que não tinham chegado a ser realizados, no entanto, a empresa poderia vir reclamar créditos. Disse que a Câmara estava empenhada no corredor ecológico de Alfena, tendo assumido que teria de ser feito de forma pragmática.

Sublinhou o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido feito um exercício sério dentro das limitações da Câmara Municipal e assumido no preâmbulo do orçamento que não era possível fazer tudo no primeiro ano.

Disse que tinha encontrado um protocolo para aquisição do estádio de Sonhos que não estava assinado por nenhuma das partes e não estava comprometida nem cabimentada a verba de 300 mil euros, acrescentando que no dia 25 de novembro tinha reunido com a direção do Ermesinde tendo informado das dificuldades do processo, uma vez que não tendo sido incluída na proposta de revisão do PDM a alteração da classificação do espaço do complexo desportivo.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o proprietário do estádio não o tinha procurado para falar sobre a matéria, acrescentando que poderia ser encontrada uma solução que não envolvesse dinheiro e que tentaria resolver o problema sem gastar 300 mil euros, sem que o Município perdesse o complexo desportivo dos Montes da Costa e ficasse na posse do estádio de Sonhos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Mais disse o Senhor Presidente que os protocolos celebrados com as IPSS para fornecimento de refeições implicavam custos para o Município, havendo mensalmente uma lista de material de cozinha que a Câmara tinha de consertar, pois do contrato constava que sempre que ocorresse uma avaria, a Câmara Municipal teria de assegurar o seu arranjo.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, dizendo que tais consertos sempre tinham sido feitos pela Câmara Municipal.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que as parcerias poderiam ser mantidas, mas por um valor aceitável, acrescentando que tinha sido alertado pelos serviços que a Câmara Municipal estava a gastar a mais 300 mil euros com os protocolos celebrados com as IPSS.

Disse o Senhor Presidente que durante o período de campanha eleitoral tinha dito que Valongo precisava de uma estratégia que trouxesse vida à cidade e a vários pontos do concelho, tendo proposto aos proprietários do antigo quartel dos bombeiros de Valongo que o Município assumisse o pagamento do edifício a vinte anos e apresentaria uma candidatura a fundos comunitários para instalação de um espaço que promovesse as tradições da cidade e gerasse empreendedorismo e postos de trabalho.

Informou o Senhor Presidente que tinha visitado as instalações da PSP de Valongo que se encontravam muito degradadas, em que o telhado ameaçava ruir, e reunido com o diretor-geral dos equipamentos do Ministério Público, Prof. João Correia, no sentido de ser encontrada uma solução, tendo sido informado que havia 12 milhões de euros disponíveis na candidatura e não 30 milhões.

Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que nenhum outro concelho da Área Metropolitana tinha tradição do pão, regueifa e do biscoito e que os presidentes do Turismo, Porto e Norte de Portugal e da CCDR tinham incentivado a Câmara a avançar com o projeto, acrescentando que já tinha abordado a empresa que explorava os parquímetros no sentido de se transferir para um dos edifícios do Parque Urbano espaços que no Porto estavam fechados, o que, disse, seria um incentivo à atração de turistas que diariamente visitavam o Porto e Gaia.

Mudando de assunto, disse que tinha sido realizada na Câmara Municipal por uma professora da Faculdade de Direito da Universidade do Minho, uma sessão de informação sobre a transferência de competências para as juntas de freguesia, dada a sensibilidade da matéria, acrescentando que a lei estabelecia a transferência de competências próprias e competências negociáveis para as freguesias, devendo ser acordados os meios a transferir.

Disse que alguns municípios estavam a negociar a transferência de competências e outros já o tinham feito, acrescentando que era importante colaborar com as juntas de freguesia.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Orlando Gaspar Rodrigues**, dizendo que em anos anteriores a Câmara Municipal tinha lançado um concurso público internacional para fornecimento de refeições nas escolas que era adjudicado a uma empresa, tendo no último ano atribuído o serviço de refeições escolares às IPSS do concelho, no pressuposto de que aquelas entidades forneceriam as refeições às



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

escolas, no entanto, disse, as IPSS tinham tido o mesmo procedimento da Câmara Municipal em anos anteriores, e à exceção da ADICE, única IPSS que servia as refeições, tinham contratado uma empresa. Disse o Senhor Vereador que tal situação significava que havia uma terceira entidade no processo e quando um encarregado de educação se queixava do serviço, era necessário contactar a IPSS que por sua vez contactava a empresa, não tendo a Câmara Municipal competência para resolver diretamente a questão junto da empresa fornecedora.

Referiu o Senhor Vereador que não estava definido em orçamento que não seriam as IPSS a prestar o serviço, no entanto, não poderia continuar a ser prestado da mesma forma, pois a Câmara Municipal pagava 2 euros por refeição à IPSS que apenas pagava à empresa 1,59 euros, tendo a Câmara um custo acrescido em 40 cêntimos por refeição a troco de nada, disse, acrescentando que se o Município contratasse uma empresa através de concurso público pagaria apenas 1,59 euros por refeição.

Disse que as IPSS ficavam com 40 cêntimos por refeição, valor que multiplicado por 4 mil refeições por dia resultava em centenas de milhares de euros e era necessário acautelar as verbas da autarquia.

Mias disse o Senhor Vereador que tal não significava que as IPSS não pudessem prestar o serviço de refeições, desde que fossem as próprias a confeccioná-las e praticassem o preço que a empresa praticava, mas se a Câmara tivesse de pagar as refeições a 2 euros, sabendo que as IPSS as tinham contratado a 1,59 euros, melhor seria contratar uma empresa, conforme sucedera em anos anteriores, pois a autarquia perdia centenas de milhares de euros.

Mais disse o Senhor Vereador que no primeiro protocolo celebrado, o conserto dos equipamentos estava a cargo das IPSS que a determinada altura se tinham queixado da falta de verbas e de condições para suportar os custos, tendo havido uma alteração ao documento e o serviço de reparações passado a ser competência da Câmara, o que, disse, não acontecia quando as empresas forneciam diretamente o serviço.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que não se podia ignorar os problemas e que se as IPSS quisessem continuar a colaborar no protocolo não poderiam ser praticados os mesmos valores, pois não eram confortáveis para um município como Valongo, acrescentando que somente a ADICE prestava o serviço, tendo as restantes instituições subcontratado serviços de catering.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que haveria sempre diálogo, mas previsionalmente queria colocar a despesa com as refeições dentro de uma fasquia, de forma a poder reforçar noutras áreas, no entanto, disse, ainda não se tinha chegado ao valor global de quanto aquele serviço custaria ao Município.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, dizendo que tinha sido acordado com as IPSS a atribuição de um valor mais alto no primeiro ano para que pudessem adquirir os equipamentos necessários à prestação do serviço de refeições escolares, acrescentando que todas as IPSS sabiam que no ano seguinte o valor a atribuir seria menor.

Disse, ainda, a Senhora Vereadora que o assunto deveria ter sido falado com as entidades envolvidas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que reconhecia o esforço no retrocesso, pois nas atividades mais relevantes para os anos de 2013/2014 constava uma rubrica de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino por IPSS locais, e prevista transferência de verbas até final do ano letivo e uma outra rubrica para fornecimento de refeições nos estabelecimentos escolares e de ensino, para o ano letivo 2014/2015, a realizar por subcontratação, acrescentando que não havia qualquer equívoco e o assunto não iria ser estudado, pois não existia no orçamento rubrica para celebrar o protocolo com as IPSS para além de 2014.

Disse o Senhor Vereador que o Executivo pretendia até ao final do ano letivo fazer transferência para as IPSS e para o ano letivo seguinte pretendia fazer subcontratação de serviços de fornecimento de refeições, acrescentando que teria sido importante ter falado com as IPSS envolvidas.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que com o fornecimento de refeições por parte das IPSS o número de reclamações tinha caído abruptamente e que não era correto o Município ter decidido abdicar do protocolo sem informar as entidades, acrescentando que tinha sido acordado que o valor para o primeiro ano visava cobrir o investimento e que o Partido Socialista tinha votado favoravelmente o processo em reunião de Câmara.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha chegado à conclusão que 300 mil euros para resolver o problema do estádio de Sonhos era muito, mas enquanto presidente da concelhia do Partido Socialista, aquando da votação do processo em reunião de Câmara, aquela força política tinha votado favoravelmente o documento, então aprovado por unanimidade, acrescentando que nunca tinha tido a irresponsabilidade de submeter um documento a reunião de Câmara que não fosse exequível. Disse que o protocolo tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, sendo proposta a permuta de duas propriedades, pagando o Município a diferença no valor de 300 mil euros, no entanto, o proprietário tinha feito uma penhora voluntária às Finanças, dando como garantia o estádio de Sonhos, num montante superior a 300 mil euros, sendo necessário alterar a penhora para outro terreno. Disse que a Câmara não tinha aceitado assinar o protocolo com uma penhora sobre o terreno e tinha havido dificuldade na transferência da penhora de uma propriedade para a outra, porque a propriedade que a Câmara permutaria tinha um valor matricial muito mais baixo, tendo sido acordado que seria pedida uma reavaliação dos terrenos para efeitos de atualização da matriz, e a partir daí, o protocolo seria exequível, situação que, disse, era do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, pois tinha-o informado da situação no início do mandato e do caminho que faltava percorrer para que o processo fosse concluído, acrescentando que o processo tinha sido devidamente acautelado do ponto de vista financeiro, pois tinha sido aprovado em reunião de Câmara com o devido cabimento e com capacidade de compromisso.

Disse o Senhor Vereador que não via inconveniente em que o problema do estádio de Sonhos fosse resolvido sem que a Câmara tivesse qualquer custo, mas esperava que fossem acauteladas todas as situações para que não fosse criado um problema grave.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que no Porto havia vários museus que estavam a fechar e queria acolhe-los em Valongo, porque iriam atrair turistas, mas tal não fazia sentido.

Disse que o problema do edifício da PSP de Valongo não se prendia apenas com a qualidade, mas com a localização que era muito má e a instalação da PSP num local central da cidade aumentaria a segurança no centro de Valongo e haveria oportunidade de, praticamente sem encargos, se recuperar o edifício.

Questionou, ainda, o Senhor Vereador se estava prevista a inclusão no orçamento de rubrica para transferência de verbas para as Juntas de Freguesia no âmbito das novas competências.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que a Câmara Municipal negociaria com as juntas de freguesia a forma como se operacionalizaria a transferência de competências, acrescentando que a lei obrigava a negociar os meios e a forma como seria feita a transferência de competências. Disse o Senhor Presidente da Câmara que uma vez que ainda não tinha sido feita essa negociação, não era possível inscrever no orçamento as verbas a transferir.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, perguntando se tinha sido celebrado algum contrato com os bombeiros para a instalação da oficina de promoção do pão, regueifa e do biscoito.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que seria celebrado contrato.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que não tinha sido celebrado contrato, mas a verba estava inscrita em orçamento, acrescentando que poderia ter sido feito o mesmo com a transferência de verba para as juntas de freguesia, podendo ter sido inscrita uma verba mínima, que não obrigaria a que posteriormente fosse feita revisão ao orçamento.

Mais disse o Senhor Vereador que a lei estabelecia que fossem contratualizadas até 22 de abril de 2014 as transferências de competências para as juntas de freguesia, perguntando se até essa data o Senhor Presidente da Câmara pretendia fazer uma revisão ao orçamento.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que o faria se fosse necessário

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que não havia qualquer segurança na criação da oficina de promoção do pão, regueifa e biscoito, mas tinha sido contemplada rubrica no orçamento, e como não tinha sido criada rubrica para transferência de competências para as juntas de freguesia, depreendia que a Câmara não tinha intenção de por em marcha os protocolos e respeitar a lei, acrescentando que deveria ter sido criada rubrica e evitada uma revisão ao orçamento e a realização de



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

sessão de Assembleia Municipal antes de 22 de abril, sugerindo o Senhor Vereador que fosse incluída rubrica para o efeito.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que a Câmara iria negociar com as juntas de freguesia a forma de contratualizar a transferência de competências e poderia dar-se a situação de serem transferidas pessoas ou meios e tal não implicaria alteração ao orçamento, acrescentando que se fosse incluída em orçamento a rubrica com apenas 500 euros poderia proporcionar a que se dissesse que a Câmara apenas queria transferir aquele valor, sendo um sinal errado. Disse o Senhor Presidente que o assunto tinha sido encarado com muita seriedade, tendo sido promovida sessão com todos os senhores presidentes de junta sobre a matéria, acrescentando que as regras e os prazos seriam cumpridos.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que tinham sido inscritos em orçamento 12 mil euros para o contrato a celebrar com os bombeiros para aquisição do edifício do antigo quartel, uma vez que o valor do imóvel rondava os 300 mil euros, que seriam pagos a trinta anos, havendo um custo mensal de 1.000 euros, tendo a Câmara interesse na sua aquisição.

Disse o Senhor Presidente que aquando da negociação da transferência de competências para as juntas de freguesia, se fosse necessário efetuar uma alteração ao plano e orçamento haveria com certeza abertura por parte de todas as forças políticas para o fazer.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que era importante resolver o problema do estádio do Ermesinde e que no mandato anterior tinha dito numa assembleia municipal que era estranha a forma como se construía um plano e orçamento antes de se inscrever a verba de 300 mil euros e não concordava com a forma como a negociação tinha sido feita, no entanto, concordava com a necessidade de acautelar o equipamento para o interesse público, tendo então questionado por que razão não tinha sido considerada a possibilidade de aquisição do estádio sem se gastar dinheiro, pois, disse, o protocolo previa a cedência do complexo desportivo dos Montes da Costa e o pagamento de 300 mil euros.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o Partido Socialista tinha votado favoravelmente o processo, no entanto, tinha dito que poderia ter sido estudada outra solução.

Disse que o proprietário do campo de jogos estava a atravessar uma fase difícil e poderia surgir a oportunidade do Município comprar o estádio e ficar também com o complexo desportivo dos Montes da Costa, sublinhando que não tinha deixado cair a importância do assunto, pois era importante dar estabilidade ao clube de futebol que estava a ter uma época excelente. No entanto, disse, a Câmara tinha a obrigação maior de num quadro de imensas dificuldades, encontrar a solução menos dispendiosa e se fosse possível ficar com dois espaços de jogo para desenvolver atividade desportiva melhor seria, pois o complexo dos Montes da Costa tinha condições para a prática de várias modalidades para além do futebol.

Continuando, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha assumido que era importante recuperar o parque do Choupal e disponibilizá-lo à população, tendo sido incluída em orçamento uma verba reduzida



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

porque pretendia que os proprietários percebessem que a Câmara não iria optar pela via da compra, mas faria todo o possível para encontrar uma solução, nomeadamente a troca de terrenos.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que o exercício tinha sido feito com seriedade, num quadro de muita dificuldade e havia um caminho de quatro anos para percorrer e no final desse período poderia ser avaliado o cumprimento dos compromissos, acrescentando que não era possível fazer tudo em dois meses e meio.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Orlando Gaspar Rodrigues**, dizendo que não era verdade que as reclamações relativamente ao serviço de refeições nas escolas tinham diminuído, porque com a exceção da ADICE, as refeições eram servidas por uma empresa.

Disse o Senhor Vereador que a Câmara Municipal estava a gastar a mais centenas de milhares de euros com o serviço de refeições e era natural que o Executivo analisasse a questão, acrescentando que em devido tempo a Câmara conversaria com as IPSS.

Disse o Senhor Vereador que havia custos elevados e que o Senhor Vereador, Dr. João Paulo Baltazar, não tinha deixado a Câmara com boa saúde financeira, mas com imensas dívidas e era necessário haver contenção, pelo que teria de ser analisada a questão dos custos com as refeições e a manutenção dos equipamentos, para além de haver uma terceira entidade no processo que implicava que as reclamações eram feitas à Câmara que tinha de contactar a IPSS que, por sua vez, tinha de resolver o problema junto da empresa fornecedora.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que tinha sido assumido com as IPSS que no primeiro ano a Câmara estaria disponível a pagar um excedente, dada a necessidade das instituições de fazerem investimento e de forma a diminuir o risco das IPSS, e nos anos seguintes seria dada continuidade ao protocolo, pagando a Câmara as refeições ao preço do mercado, continuando o programa a ter a mesma vertente social, sendo objetivo que o diferencial pudesse ser aplicado em ação social, acrescentando que o processo tinha sido explicado a todas as instituições.

Referiu que o Senhor Vereador, Dr. Orlando Rodrigues, não tinha fornecido dados objetivos sobre o número de reclamações relativamente ao serviço de refeições, acrescentando que o Executivo tinha ignorado o que havia sido acordado com as IPSS, avançado para a rescisão e decidido contratar uma empresa, sublinhando que as instituições que tinham feito investimento na perspetiva de assegurarem o serviço durante mais anos teriam um problema grave.

Disse o Senhor Vereador que não era uma posição correta de negociação com as instituições que se pretendia fossem parceiras, devendo ter havido uma conversa prévia relativamente à intenção de terminar com o protocolo.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vereador que o Partido Social Democrata tinha cultura democrática e respeitava o Partido e o Executivo saído do ato eleitoral ocorrido havia três meses, e os seus eleitos entendiam que deveria ser dado o benefício da dúvida a um Executivo que tinha tomado posse havia dois meses, pois ele sabia o trabalho que dava elaborar um orçamento, acrescentando que



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

o Senhor Presidente da Câmara poderia contar com um conjunto de Vereadores do PSD que estariam muito atentos à execução orçamental, pois, disse, o orçamento era um “poço de desejos”, tinham sido abertas muitas portas, havendo inscrições de verbas para obras de apenas mil euros no primeiro ano, sem dotação para anos seguintes.

Anunciou o Senhor Vereador que os eleitos pelo Partido Social Democrata abster-se-iam na votação do orçamento, com o compromisso de que a Câmara Municipal, em tempo útil e até dia 22 de abril, fizesse um acordo com as juntas de freguesia para transferência das competências e de que nos dias seguintes, anteriormente à sessão da Assembleia Municipal, promovesse uma reunião com as IPSS para esclarecer as intenções do Executivo relativamente ao fornecimento de refeições nas escolas, acrescentando que era importante ser dito que apesar da Câmara contemplar a prestação de serviços, se houvesse ajustamento de custos, continuaria disponível para que as IPSS continuassem a fornecer o serviço.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vereador que se tratava de um orçamento de transição, havia opções políticas diferentes e as opções políticas do Partido Socialista vertidas do seu programa eram absolutamente legítimas, havendo contudo algumas que careciam de outro estudo.

Disse o Senhor Vereador que tinha curiosidade em saber como seria construída uma pista de atletismo no campo de futebol de Sobrado, dada a inclinação do terreno, acrescentando que ou o Senhor Presidente não sabia o que era uma pista de atletismo ou não conhecia o campo de futebol, e que nada tinha mudado desde as eleições, continuando o campo a ser inclinado e as pistas de atletismo a ter 8 faixas, mas, disse, o custo de demagogia era baixo.

Referiu o Senhor Vereador que os programas eleitorais tinham coisas boas e más e o programa do PSD tinha uma coisa muito boa que deveria ser tida em conta, acrescentando que 2013 tinha sido o ano de transição em que através do PAEL se tinha conseguido criar estabilidade financeira na Câmara Municipal de Valongo, tendo o Senhor Presidente recebido uma Câmara com estabilidade financeira, com as contas regularizadas com todos os fornecedores, situação que não se verificava na maioria das câmaras municipais e que tinha sido muito doloroso elaborar o orçamento de 2013, não tendo o orçamento de 2014 um corte brutal, mas apenas a redução normal de ter sido retirada a dívida paga pelo PAEL.

Mais disse o Senhor Vereador que o plano de ajustamento financeiro previa que a partir do 8.º ano a Câmara voltaria a readquirir capacidade de endividamento, podendo ser modificado caso a Câmara conseguisse fazer poupança na receita corrente e fosse demonstrável a sua perenidade e sustentabilidade, passando a economia da despesa corrente para investimento. Disse que o plano de ajustamento financeiro não era um documento estático, mas uma previsão agarrada a um conjunto de compromissos, e se os compromissos se alterassem e fosse demonstrado ao Tribunal de Contas que tal alteração permitia uma modificação do quadro orçamental, o plano poderia ser também ele modificado.

Disse, ainda, que os eleitos do Partido Social Democrata não se demitiam da sua responsabilidade de ajudar o Executivo em dossiês importantes, conforme haviam já demonstrado, pois aqueles eleitos não



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

seguiam a política de quanto pior melhor e tinham respeito democrático por quem tinha saído vitorioso nas eleições autárquicas.

Interveio o Senhor Vereador, **Adriano Ribeiro**, dizendo que não estavam previstos investimentos na Zona Industrial de Campo.

Disse o Senhor Vereador que tinha ficado com muitas dúvidas sobre o processo do estádio do Ermesinde, porque a Câmara anterior tinha aprovado um contrato-promessa com uma imobiliária que previa o pagamento de 300 mil euros e a cedência do complexo desportivo dos Montes da Costa, e havia sido referido pelo Senhor Presidente que talvez a Câmara não tivesse de pagar pelo estádio, o que, disse, dava a ideia que a Câmara anterior tinha feito um péssimo negócio ao negociar quase um milhão e duzentos mil euros, acrescentando o Senhor Vereador que acompanharia o processo.

Felicitou o Senhor Vereador o Senhor Presidente da Câmara por ter permitido uma discussão alargada sobre o Plano e Orçamento para 2014, acrescentando que por vezes não era transmitido para o exterior o que era discutido nas reuniões da Câmara Municipal.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Orlando Gaspar Rodrigues**, dizendo que as IPSS que tinham adjudicado o serviço de refeições a empresa não tinham feito investimento, tendo apenas adjudicado o serviço.

Disse o Senhor Vereador que estavam previstas reuniões com as IPSS e para que a Câmara pudesse fazer a adjudicação do serviço em tempo útil teria de lançar um concurso público, estando no limite do prazo para o fazer, no entanto, antes de iniciar o processo falaria com as instituições.

Disse o Senhor Vereador que havia sido dito que a situação financeira da Câmara Municipal estava equilibrada, no entanto, na área do desporto muito tinha ficado por fazer, havendo dívida mas não havia obra, acrescentando que em concelhos vizinhos havia estádios e imensos locais para praticar desporto, sendo o concelho de Valongo altamente deficitário nessa área.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. João Paulo Baltazar**, solicitando um exemplar do mapa de pessoal com informação sobre os trabalhadores que se encontravam afetas às diversas unidades orgânicas e a sua qualificação.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que forneceria o documento solicitado pelo Senhor Vereador, Dr. João Paulo Baltazar.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Manuel Nogueira dos Santos**, dizendo que o orçamento para 2014 não era um documento robusto, conforme havia sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara, porque para o ser as opções deveriam estar baseadas em documentos estratégicos que dessem uma orientação do que seria a política do concelho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que gostaria de ter todos os documentos estratégicos, mas tal não tinha sido possível em dois meses de mandato, informando que o período de consulta pública do PDM avançaria em breve e tinha iniciado contactos para encontrar parceiros que colaborassem na elaboração da carta desportiva do concelho de Valongo.

Analisados devidamente os documentos apresentados, foi deliberado por **maioria**:

- 1 - Aprovar as propostas dos documentos em questão;
- 2 - Submeter as propostas dos documentos à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso das Grandes Opções do Plano e Orçamento e conjugado com o n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, no tocante ao Mapa de Pessoal para 2014.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, Dr. João Paulo Baltazar, Dr.ª Trindade Vale, Dr. Manuel Nogueira dos Santos e Eng.º Hélio Rebelo.

Votou contra o Senhor Vereador eleito pela CDU, Senhor Adriano Ribeiro.

### **2 - PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, VARREDURA E OUTROS SERVIÇOS DE HIGIENE URBANA NO CONCELHO DE VALONGO – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E RESTANTE DOCUMENTAÇÃO**

Presente à Câmara Municipal o processo referente ao assunto em epígrafe, o qual foi objeto da informação n.º 653/DFRH.ACGS/2013 datada de 30 de dezembro, e elaborada pelo Assistente Técnico José Luís de Barros Pereira, do seguinte teor:

“Em cumprimento da deliberação da Exma. Câmara Municipal tomada em reunião de 27.12.2013, que faz parte do presente processo, deu-se início a um procedimento por ajuste direto, com o título em epígrafe, de acordo com o estabelecido nas alíneas c) e f) do n.º 1 do art.º 24º e alínea c) do n.º 1 do art.º 27º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. A necessidade de realização do presente procedimento prende-se com o facto do atual contrato que garante a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, varredura e outros serviços de higiene urbana no concelho de Valongo, ter o seu término em 31 de dezembro de 2013, e o concurso público internacional para adjudicação dos mesmos serviços se encontrar na fase de elaboração do contrato para posterior envio ao Tribunal de Contas, não sendo possível a obtenção do respetivo visto prévio até 31.12.2013, de modo a que o novo contrato possa entrar em execução no início de 2014.

Foi convidado para o referido procedimento o consórcio de empresas **Rede Ambiente/Ecorede**, adjudicatário do concurso público em fase de conclusão, o qual apresentou a proposta de preços em anexo, tendo a sua análise sido efetuada pelo Serviço de Higiene Urbana que informou estar a mesma



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

de acordo com o solicitado, está instruída com todos os documentos exigidos e o valor proposto de 335.026,00 € é aceitável uma vez que é inferior ao preço base fixado para a abertura do procedimento.

Pelo exposto coloca-se à consideração superior a adjudicação dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, varredura e outros serviços de higiene urbana no Concelho de Valongo, por um período de 75 dias (entre 01.01.2014 e 16.03.2014), prazo que se prevê suficiente para permitir a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas no concurso público internacional com o mesmo objeto e já adjudicado, extinguindo-se a relação contratual antes do prazo indicado caso se possa dar início à execução do contrato outorgado na sequência do referido concurso público, pelo valor total de 335.026,00 €, acrescido do respetivo IVA, valor que representa uma poupança de 51.106,60 € em relação ao contrato em vigor.

Caso haja despacho superior favorável deverá ser remetida a notificação em anexo a comunicar ao adjudicatário a decisão e a solicitar o envio dos documentos exigidos no artigo 81.º do CCP e no convite à apresentação de propostas.

Propõe-se, ainda, a aprovação da minuta do contrato, condicionada à verificação da prestação da caução por parte do adjudicatário no prazo que lhe for imposto pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no art.º 98 do Código dos Contratos Públicos.

A competência para decidir sobre este assunto é da Exma. Câmara Municipal ao abrigo do disposto no artigo 18.º n.º 1 alínea b) do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, em articulação com o mencionado no Artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos e na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, motivo pelo qual as decisões tomadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara ficam sujeitas a ratificação na próxima reunião da Exma. Câmara, de acordo com o estabelecido no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.

Sobre o assunto recaiu a informação da Sra. Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento que se transcreve:

“À Consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara.

Estamos perante serviços que pela sua dimensão não podem ser assegurados com os meios próprios da Autarquia, e que não podem deixar de ser realizados, sob pena de se colocar em causa a salubridade e a saúde pública, pelo que concordo com o proposto na presente informação.”

O Ex.mo Sr. Presidente da Câmara emitiu o seguinte despacho:

“Atenta a necessidade e a urgência no início da prestação do serviço e dado a impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara concordo com a adjudicação dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, varredura e outros serviços de higiene urbana no Concelho de Valongo, por um período de 75 dias, extinguindo-se a relação contratual antes do prazo indicado caso se possa dar início à execução do contrato outorgado na sequência do concurso público em fase de conclusão, ao agrupamento de empresas Rede Ambiente/Ecorede, pelo valor total de 335.026,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como com o teor da minuta do contrato e da notificação a enviar ao concorrente.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara para ratificação das decisões tomadas, de acordo com o estabelecido no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Depois de apreciado o assunto e de reconhecer a urgência no início da prestação do serviço e a impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara, foi deliberado, nos termos do artigo 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, por **maioria**:

1. Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 30/12/2013 qua adjudicou a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, varredura e outros serviços de higiene urbana no Concelho de Valongo, por um período de 75 dias, extinguindo-se a relação contratual antes do prazo indicado caso se possa dar início à execução do contrato outorgado na sequência do concurso público em fase de conclusão, ao agrupamento de empresas Rede Ambiente/Ecorede, pelo valor total de 335.026,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 30/12/2013 que aprovou o teor da notificação a comunicar ao adjudicatário, nos termos do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, a decisão de adjudicação e a solicitar a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e no artigo 11.º do Convite à Apresentação de Propostas, bem como a prestação da caução no valor de 16.751,30 €, exigida no artigo 10.º do Convite à Apresentação de propostas;
3. Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 30/12/2013 que aprovou a minuta do contrato nos termos do disposto no art.º 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, condicionada à verificação da prestação da caução por parte do adjudicatário.

Votou contra o Senhor Vereador eleito pela CDU, Senhor Adriano Ribeiro.

## ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram dezanove horas. Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será por mim assinada, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira, técnica superior do Município de Valongo. \_\_\_\_\_